

Indicadores de Qualidade Ambiental considerando sua relação com Áreas Verdes

JULIANA VARGAS BOZZATO¹; BRUNA LEMONS BRISOLARA²; CLEITON STIGGER PERLEBERG³

¹*Universidade Federal de Pelotas – jujubozzato@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – brunalemons.b@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – cleiton.gaufpel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A resolução nº 369 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) no seu artigo 8º, § 1º, considera áreas verdes como “espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

Toledo e Santos (2008) realizaram uma integração de conceitos de áreas verdes de autoria variada, chegando a seguinte conclusão:

“(...) são as áreas não edificadas de uma cidade, de propriedade do Município, Estado, União ou de particulares, independentes de sua destinação de uso. Quando destinados à preservação de vegetação ou ao lazer público, passam a se chamar áreas verdes, as quais podem ser praças; parques, jardins públicos, arborização urbana, etc. podendo ter vegetação de ocorrência natural ou implantada.” (TOLEDO E SANTOS 2008, p. 78)

É possível identificar que o crescimento do perímetro urbano tende a suprimir essas áreas, substituindo-as por áreas pavimentadas e edificadas. Na literatura, podemos compreender que esses espaços exercem significativa influência na qualidade do contexto urbano, tanto no que diz respeito aos serviços ambientais por elas prestados, como também pela sua influência no bem estar dos seres humanos, já que estes espaços promovem à qualidade de vida. De acordo Nucci (2008), as áreas verdes são indicadoras de qualidade de vida por estarem relacionadas as funções de lazer, recreação e convívio social.

Sendo assim, pretende-se contemplar os fatores positivos que áreas verdes exercem na vida dos seres humanos através da percepção dos moradores de um conjunto habitacional localizado em Pelotas no Rio Grande do Sul acerca das vantagens que esses espaços podem proporcionar na vida deles enquanto espaços de lazer, paisagismo, jardins e outros.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se constitui em um estudo de caso, onde se utilizou duas ferramentas: revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada. A revisão bibliográfica utilizou de banco de dados como *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Periodicos Capes*, com os seguintes termos de busca: “áreas verdes”, “qualidade de vida” e “saúde”.

Levando em consideração a situação atual, onde grande parte das pessoas se encontram em isolamento social, as entrevistas foram realizadas, seguindo os

protocolos recomendados pelos órgão de saúde, no final de semana (27/06/2020 e 28/06/2020), por ser mais provável encontrar os moradores acessando as áreas verdes no condomínio. O questionário utilizado continha 11 perguntas, entre elas, abertas e fechadas. Dentre elas: 4 perguntas para caracterizar o entrevistado; 3 para oportunizar sugestões para o condomínio; 4 sobre a relação do usuário com o espaço e a percepção dele sobre o assunto em questão. Critério único para fazer parte da amostra foi ser morador do conjunto habitacional. O estudo irá enfatizar a questão que se refere à percepção dos moradores sobre a influência das áreas verdes na sua saúde e bem-estar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto habitacional escolhido é visualmente bem arborizado e contém diversos espaços com áreas verdes onde encontram-se bancos e sete praças equipadas com brinquedos infantis.

A amostra contém 20 entrevistados, sendo 75% do sexo feminino e 15% masculino, a seguir, os gráficos que representam a faixa etária e grau de instrução da amostra:

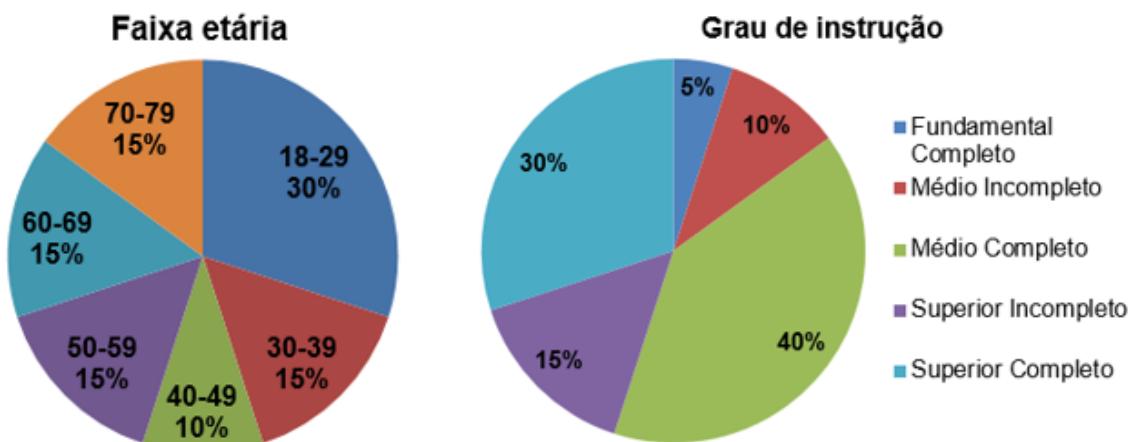


Figura 1: Gráfico Faixa Etária. Fonte: Autora. Figura 2: Gráfico Grau de Instrução. Fonte: Autora.

Das questões que relacionavam os indivíduos com as áreas verdes, 75% responderam que utilizam os espaços de lazer, 20% que utilizam, mas não com frequência e 5% que não utilizam. As finalidades foram: passear com o cachorro, pegar sol, caminhar, levar as crianças para brincar nas pracinhas, descansar, socializar e ainda conectar-se com os espaços verdes.

Quando esses espaços possuem uma infraestrutura adequada, ou seja, segura e com outros aspectos positivos, eles passam a ser frequentados para a realização de atividades que são importantes para a manutenção da saúde dos indivíduos (Londe e Mendes 2014).

Na questão, “Você acredita que o ambiente arborizado e áreas verdes possuem alguma influência na sua saúde e bem-estar?”, todos moradores responderam que sim. Na mesma questão foi disposto um espaço em aberto que questionava “por que?”, nem todos entrevistados conseguiram especificar, ainda assim, obtivemos algumas respostas que foram ilustradas no gráfico a seguir:

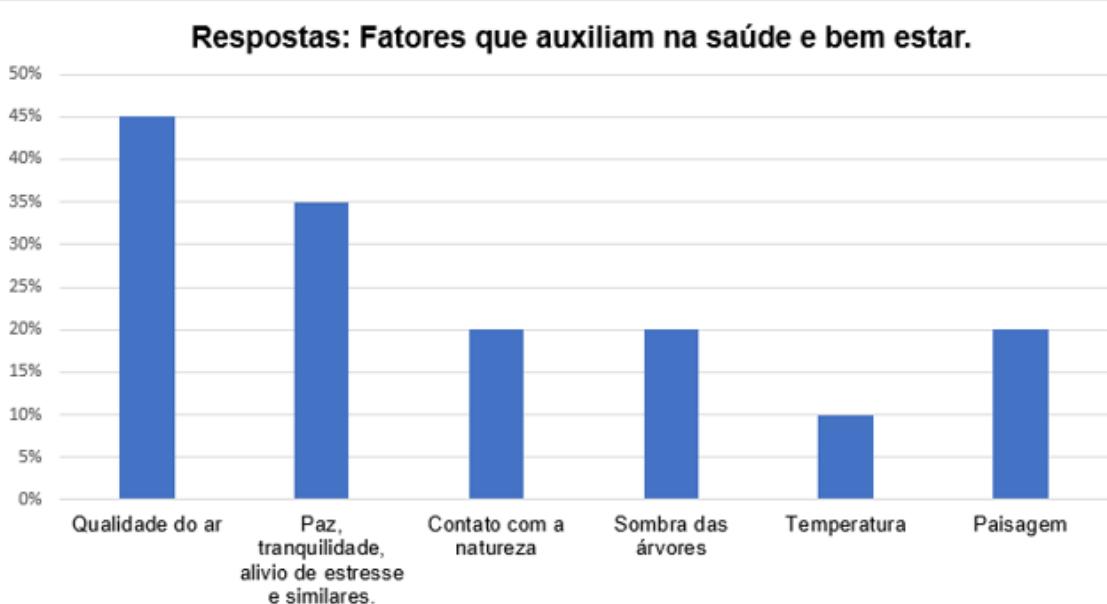


Figura 3: Gráfico referente as respostas da questão: “Você acredita que o ambiente arborizado e áreas verdes possuem alguma influência na sua saúde e bem estar? Por que?”. Fonte: Autora.

As áreas verdes nos amparam tanto no que diz respeito à saúde mental, no aspecto cognitivo (diminuição do estresse, redução da fadiga mental, mudanças positivas no estado emocional, melhoria da coesão social) como no físico já que esses elementos potencializam a prática de atividades físicas. (Szeremeta, 2013; Nucci, 2008; Martínez-Soto et. al, 2016; Londe e Mendes, 2014; Constantino, 2010).

Martínez-Soto et. al. (2016), traz:

“A exposição a ambientes naturais tende a evocar, em pessoas não estressadas, maiores sentimentos de tranquilidade, força, vigor, menos fadiga e confusão. Nas pessoas estressadas, o contato com a natureza resulta em menos estresse e medo; positivamente, maior felicidade, prazer e liberdade. Independentemente do tipo de condição emocional ou cognitiva antecedente, o contato com a natureza está relacionado a um maior efeito positivo, ativação e relaxamento. Por outro lado, também está associado a uma menor sensação de raiva e hostilidade, depressão, tensão e ansiedade.” (Martínez-Soto et. al., 2016, p 210)

Lewis e Booth (1994) através de seus estudos, mostraram que as pessoas com acesso a jardins e espaços abertos têm menor prevalência de transtornos mentais em comparação a aquelas que não possuem acesso aos mesmos.

4. CONCLUSÕES

A partir da reflexão feita, acerca dos resultados obtidos no presente estudo, é possível afirmar que os moradores do conjunto habitacional pesquisado, entendem que as áreas verdes exercem influência na saúde e bem estar, mesmo que parte da amostra não soube expressar um fator específico e sim considerando o conjunto de fatores entendido neste trabalho como o conceito de Qualidade Ambiental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RESOLUÇÃO CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006. **Diário Oficial da União** nº 61, de 29 de março de 2006, Seção 1, p. 150-151
- CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. Jardins educativos e terapêuticos como fatores de qualidade de vida urbana. In: **Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável**. 2010.
- LEWIS, Glyn; BOOTH, Margaret. Are cities bad for your mental health? **Psychological Medicine**, v. 24, n. 4, p. 913-916, 1994.
- LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cesar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264- 272, 2014.
- MARTÍNEZ-SOTO, Joel; LÓPEZ-LENA, Maria Montero; CHIAPAS, José María de la Roca.. Efectos psicoambientales de las áreas verdes en la salud mental. **Interamerican journal of psychology**, v. 50, n. 2, p. 204-2014, 2016.
- NUCCI, João Carlos. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). Edição do autor, 2008.
- STOKOLS, Daniel. Translating social ecological theory into guidelines for community health promotion. **American journal of health promotion**, v. 10, n. 4, p. 282-298, 1996.
- SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 177-193, 2013.
- TOLEDO, Fabiane dos S.; SANTOS, Douglas Gomes. Espaços livres de construção. **Revista da sociedade brasileira de arborização urbana**, v. 3, n. 1, p. 73-91, 2008.b